



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — Nº 52

QUINTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 51ª SESSÃO CONJUNTA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO GERSON PERES — Encaminhando ao Tribunal de Contas da União requerimento propondo a divulgação pelo Banco Central dos nomes dos beneficiários do esquema PC

1.2.2 — Requerimentos

Nº 169/92-CN, de urgência para votação do Projeto de Lei nº 63/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos, créditos adicionais até o limite de Cr\$167.535.289.912.000,00 para fins que especifica, e dá outras providências. **Aprovado.**

Nº 170/92-CN, de urgência para a votação do Projeto de Lei nº 64/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União, em favor de Encargos Financeiros da União — Recursos Sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$7.668.766.995.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. **Aprovado.**

1.2.3 — Ofícios

Nº 173/92, do Líder do PDC na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

— Do Líder do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista de Esterilização da Mulher.

Nº 79/92, do Líder do PFL no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº 535/92, do Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

1.2.4 — Requerimento

Nº 171/92-CN, do Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, solicitando prorrogação por mais 30 dias, do prazo concedido a esta Comissão. **Aprovado.**

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 17, de 1991-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito suplementar até o limite de Cr\$144.123.000,00, para os fins que especifica. (Continuação da votação). **Rejeitadas** as emendas destacadas. À sanção.

Projeto de Lei nº 40, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, créditos adicionais até o limite de Cr\$ 326.630.684.000,00, para os fins que especifica. **Aprovado**, após parecer de Plenário. À sanção.

Projeto de Lei nº 63, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos, créditos adicionais até o limite de Cr\$167.535.289.912.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências. **Aprovado** após parecer de Plenário, tendo usado da palavra os Senhores Chico Vigilante e Ubiratan Aguiar. À sanção.

Projeto de Lei nº 64, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal de União, em favor de Encargos Financeiros da União recursos sob supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$7.668.766.995.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. **Aprovado** nos termos de substitutivo após parecer de Plenário, tendo usado da palavra os Srs. João Paulo e Ubiratan Aguiar.

Projeto de Lei nº 51, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de Cr\$921.834.928.000,00, para os fins que especifica. **Aprovado.** À sanção.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
 Diretor-Geral do Senado Federal
 AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor Executivo
 CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
 Diretor Administrativo
 LUIZ CARLOS BASTOS
 Diretor Industrial
 FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
 Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Projeto de Lei nº 29, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de Cr\$83.295.000,00, para os fins que especifica. **Aprovado.** À sanção.

Projeto de Lei nº 46, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal e do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$552.660.000,00, para os fins que especifica. **Aprovado.** À sanção.

Projeto de Lei nº 47, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal e do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$6.107.394.000,00, para os fins que especifica. **Aprovado.** À sanção.

Projeto de Lei nº 5, de 1992-CN, que autoriza a emissão de títulos do Tesouro Nacional e a abertura de créditos especiais, até o montante de Cr\$72.100.000.000,00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 19, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.000.000,00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 20, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.680.000.000,00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 21, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais até o limite de Cr\$ 1.549.948.000,00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 22, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$ 324.479.000,00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 24, de 1992-CN, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.407, de 28 de fevereiro de 1992, e

dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 25, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$507.900.000,00, em favor de Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 26, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$132.906.000,00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 27, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$2.444.816.000,00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 30, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$2.630.930.948.000,00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 31, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de Cr\$4.695.759.000,00 para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 32, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$25.000.000,00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 33, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito adicional até o limite de Cr\$13.513.160.000,00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 34, de 1992-CN, que autoriza a emissão de títulos do Tesouro Nacional e a abertura, ao Orçamento Fiscal da União, de crédito especial, até o limite de Cr\$ 2.550.000.000,00 em favor de Operações Ofi-

ciais de Crédito e Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 35, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de Cr\$1.968.754.000.00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 37, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$20.000.000.00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 38, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$579.000.000.00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 45, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$612.336.000.00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 47, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito pessoal até o limite de Cr\$396.872.000.00, para os fins que especi-

fica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 50, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.633.849.000,00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 56, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, crédito especial até o limite de Cr\$ 4.300.000.000,00 para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 57, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$130.000.000.00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 59, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$3.679.951.000.00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 39, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, crédito suplementar no valor de Cr\$3.298.419.000.00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 51ª Sessão Conjunta, em 11 de novembro de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Inocêncio Oliveira

ÀS 19 HORAS E 15 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo Albano Franco – Alfredo Campos – Almir Gabriel – Alufio Bezerra – Álvaro Pacheco – Amir Lando – Antonio Mariz – Bello Parga – Beni Veras – Carlos Patrocínio – César Dias – Chagas Rodrigues – Cid Saboia de Carvalho – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Divaldo Suruagy – Elcio Álvares – Eptácio Cafeteira – Esperidião Amin – Eva Blay – Francisco Rollemberg – Gerson Camata – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Humberto Lucena – Hydekell Freitas – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – Jarbas Passarinho – João Calmon – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Fogaça – José Richa – José Sarney – Jutahy Magalhães – Juvêncio Dias – Levy Dias – Louremberg Nunes Rocha – Lourival Baptista – Lucídio Portella – Luiz Alberto – Magno Bacelar – Mansueto de Lavor – Márcio Lacerda – Marco Maciel –

Mário Covas – Marluce Pinto – Mauro Benevides – Meira Filho – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Nelson Carneiro – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Odacir Soares – Onofre Quinan – Pedro Simon – Pedro Teixeira – Raimundo Lira – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Ruy Bacelar – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo.

E OS SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA
FRANCISCO RODRIGUES
JOAO FAGUNDES
JULIO CABRAL
MARCELO LUZ
RUBEN BENTO

PTB
PTB
PMDB
PTR
PTR
BLOCO

AMAPA		FREIRE JUNIOR	BLOCO
AROLDO GOES	PDT	HAGAHUS ARAUJO	PMDB
ERALDO TRINDADE	BLOCO	LEOMAR QUINTANILHA	PDC
FATIMA PELAES	BLOCO	OSVALDO REIS	PTR
LOURIVAL FREITAS	PT	PAULO MOURAO	PDS
SERGIO BARCELLOS	BLOCO	MARANHAO	
VALDENOR GUEDES	PTR	CID CARVALHO	PMDB
PARA'		COSTA FERREIRA	PTR
DOMINGOS JUVENIL	PMDB	EDUARDO MATTIAS	PDC
ELIEL RODRIGUES	PMDB	FRANCISCO COELHO	PDC
GERSON PERES	PDS	HAROLDO SABOIA	PT
GIOVANNI QUEIROZ	PDT	JAYME SANTANA	PSDB
HERMINIO CALVINHO	PMDB	JOAO RODOLFO	PDS
HILARIO COIMBRA	PTB	JOSE CARLOS SABOIA	PSB
MARIO CHERMONT	PTR	JOSE REINALDO	BLOCO
PAULO TITAN	PMDB	NAN SOUZA	PST
VALDIR GANZER	PT	PEDRO NOVAIS	PDC
		SARNEY FILHO	BLOCO
AMAZONAS		CEARA	
ATILA LINS	BLOCO	ARIOSTO HOLANDA	PSB
EULER RIBEIRO	PMDB	CARLOS BENEVIDES	PMDB
EZIO FERREIRA	BLOCO	CARLOS VIRGILIO	PDS
JOSE DUTRA	PMDB	EDSON SILVA	PDT
PAUDERNEY AVELINO	PDC	GONZAGA MOTA	PMDB
RONDONIA		JACKSON PEREIRA	PSDB
ANTONIO MORIMOTO	PTB	LUIZ GIRAO	PDT
CARLOS CAMURCA	PTR	MARCO PENAFORTE	PSDB
MAURICIO CALIXTO	BLOCO	MAURO SAMPAIO	PSDB
NOBEL MOURA	PTR	MORONI TORGAN	PSDB
RAQUEL CANDIDO	PTB	ORLANDO BEZERRA	BLOCO
REDITARIO CASSOL	PTR	PINHEIRO LANDIM	PMDB
		SERGIO MACHADO	PSDB
		UBIRATAN AGUIAR	PMDB
		VICENTE FIALHO	BLOCO
ACRE		PIAUI	
ADELAIDE NERI	PMDB	CIRO NOGUEIRA	BLOCO
CELIA MENDES	PDS	FELIPE MENDES	PDS
JOAO MAIA	PTR	JESUS TAJRA	BLOCO
JOAO TOTA	PDS	JOSE LUIZ MAIA	PDS
RONIVON SANTIAGO	BLOCO	MURILO REZENDE	PMDB
ZILA BEZERRA	PMDB	MUSSA DEMES	BLOCO
		PAES LANDIM	BLOCO
		PAULO SILVA	PSDB
TOCANTINS		RIO GRANDE DO NORTE	
DERVAL DE PAIVA	PMDB	FLAVIO ROCHA	PL
EDMUNDO GALDINO	PSDB	NEY LOPES	BLOCO
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	PDC		

PARAIBA

EFRAIM MORAIS
EVALDO GONCALVES
FRANCISCO EVANGELISTA
IVAN BURITTY
IVANDRO CUNHA LIMA
JOSE LUIZ CLEROT
RIVALDO MEDEIROS
VITAL DO REGO

BLOCO
BLOCO
S/P
BLOCO
PMDB
PMDB
BLOCO
PDT

PERNAMBUCO

ALVARO RIBEIRO
FERNANDO BEZERRA COELHO
INOCENCIO OLIVEIRA
JOSE MENDONCA BEZERRA
LUIZ PIAUHYLINO
MAURILIO FERREIRA LIMA
MIGUEL ARRAES
OSVALDO COELHO
PEDRO CORREA
RENILDO CALHEIROS
RICARDO FIUZA
ROBERTO FRANCA
ROBERTO FREIRE
ROBERTO MAGALHAES
SALATIEL CARVALHO
SERGIO GUERRA
TONY GEL
WILSON CAMPOS

PSB
PMDB
BLOCO
BLOCO
PSB
PMDB
PSB
BLOCO
BLOCO
PCdoB
BLOCO
PSB
PCB
BLOCO
PTR
PSB
BLOCO
PMDB

ALAGOAS

JOSE THOMAZ NONO
LUIZ DANTAS
MENDONCA NETO
OLAVO CALHEIROS
ROBERTO TORRES
VITORIO MALTA

PMDB
BLOCO
PDT
PMDB
PTB
PDS

SERGIPE

BENEDITO DE FIGUEIREDO
CLEONANCIO FONSECA
DJENAL GONCALVES
EVERALDO DE OLIVEIRA
JERONIMO REIS
JOSE TELES
MESSIAS GOIS
PEDRO VALADARES

S/P
BLOCO
PDS
BLOCO
BLOCO
PDS
BLOCO
PST

BAHIA

ALCIDES MODESTO
ANGELO MAGALHAES
AROLDO CEDRAZ
BENITO GAMA
BERALDO BOAVENTURA
CLOVIS ASSIS
ERALDO TINOCO
FELIX MENDONCA
GEDDEL VIEIRA LIMA
HAROLDO LIMA
JAIRO CARNEIRO
JAQUES WAGNER
JOAO ALMEIDA
JOAO ALVES
JOAO CARLOS BACELAR
JONIVAL LUCAS
JORGE KHOURY
JOSE CARLOS ALELUIA
JOSE FALCAO
JOSE LOURENCO
LUIZ EDUARDO
LUIZ MOREIRA
LUIZ VIANA NETO
PRISCO VIANA
SERGIO BRITO
UBALDO DANTAS
ULDURICO PINTO

PT
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PDT
PDT
BLOCO
PTB
PMDB
PCdoB
BLOCO
PT
PMDB
PDS
S/P
PDC
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PDS
BLOCO
PTB
S/P
PDS
PDC
PSDB
PSB

MINAS GERAIS

ALVARO PEREIRA
ANNIBAL TEIXEIRA
ARACELY DE PAULA
ARMANDO COSTA
AVELINO COSTA
CAMILO MACHADO
ELIAS MURAD
FELIPE NERI
FERNANDO DINIZ
GENESIO BERNARDINO
GETULIO NEIVA
IERAHIM ABI-ACKEL
IRANI BARBOSA
ISRAEL PINHEIRO
JOAO PAULO
JOAO ROSA
JOSE ALDO
JOSE GERALDO
JOSE ULISSES DE OLIVEIRA
LEOPOLDO BESSONE

PSDB
PTB
BLOCO
PMDB
PL
BLOCO
PSDB
PMDB
PMDB
PMDB
PL
PDS
PSD
PRS
PT
BLOCO
PRS
PMDB
PRS
PST

PMDB
PSDB
BLOCO
PMDB
PMDB
PDS
PDC
PDC
PTR

ROBERTO BALESTRA PDC
VIRMONDES CRUVINEL PMDB
ZE GOMES DA ROCHA BLOCO

MATO GROSSO DO SUL

ELISIO CURVO BLOCO
FLAVIO DERZI BLOCO
GEORGE TAKIMOTO BLOCO
JOSE ELIAS PTB
VALTER PEREIRA PMDB
WALDIR GUERRA BLOCO

PARANA

ANTONIO BARBARA BLOCO
ANTONIO UENO BLOCO
DELICINO TAVARES PST
ELIO DALLA-VECCHIA PDT
FLAVIO ARNS PSDB
IVANIO GUERRA BLOCO
JONI VARISCO PMDB
LUCIANO PIZZATTO BLOCO
LUIZ CARLOS HAULY PST
MUNHOZ DA ROCHA PSDB
ONAIREVES MOURA PTB
OTTO CUNHA BLOCO
PEDRO TONELLI PT
PINGA FOGO DE OLIVEIRA BLOCO
REINHOLD STEPHANES BLOCO
WERNER WANDERER BLOCO

SANTA CATARINA

ANGELA AMIN PDS
CESAR SOUZA BLOCO
DEJANDIR DALPASQUALE PMDB
HUGO BIEHL PDS
JARVIS GAIDZINSKI PL
ORLANDO PACHECO BLOCO
RUBERVAL PILOTTO PDS

RIO GRANDE DO SUL

ADROALDO STRECK PSDB
ADYLSO MOTA PDS
AMAURY MULLER PDT
ARNO MAGARINOS BLOCO
CARRION JUNIOR PDT
CELSE BERNARDI PDS
FETTER JUNIOR PDS
GERMÃO RIGOTTO PMDB

HILARIO BRAUN PMDB
IBSEN PINHEIRO PMDB
IVO MAINARDI PMDB
JOAO DE DEUS ANTUNES PDS
LUIZ ROBERTO PONTE PMDB
NELSON JOBIM PMDB
NELSON PROENÇA PMDB
ODACIR KLEIN PMDB
OSVALDO BENDER PDS
PAULO PAIM PT
TELMO KIRST PDS
VICTOR FACCIONI PDS

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) — As listas de presença acusam o comparecimento de 68 Srs. Senadores e 308 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gerson Peres.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Congressistas, em setembro do corrente ano, recebemos do Presidente do Congresso Nacional ofício em que, em atenção à nossa solicitação, dizia ser impossível o Congresso dar os nomes dos beneficiários ou emitentes de cheques apurados no curso das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sr. PC Farias. Não me conformei com a resposta muito simples da Presidência do Congresso Nacional, voltei a pronunciar-me numa outra sessão, mostrando que um fato tão relevante como este não poderia ser tratado com uma simples negativa. Depusemos um Presidente da República. Foi um dos fatos mais importantes da história política do Brasil, neste século, em nome da ética na política e da moralização dos costumes.

De forma, Sr. Presidente, que nosso representante na CPI, Deputado Aécio de Borba, deixou consignado, em nome do nosso partido, o Partido Democrático Social, que se teria de apurar a existência dos nomes beneficiários e emitentes de mais de quarenta mil cheques entregues à CPI de PC Farias, para que a população brasileira conhecesse todos esses homens que participaram desse fenomenal e fantástico esquema que abalou a credibilidade do Poder Executivo e sacudiu a nossa população, que foi às ruas.

Então, assumiu o Governo o Presidente Itamar Franco, em nome da ética. Em todas as suas mensagens, deve preliminarmente constar a preocupação com a ética e com a moralidade.

Sr. Presidente, vou ler um requerimento que encaminhei, hoje 11 de novembro de 1992, ao Senador Mauro Benevides, Presidente do Congresso Nacional:

“Excelentíssimo Senhor Senador Mauro Benevides
Eminente Presidente do Congresso Nacional

Na forma do disposto no art. 71, inciso VII, da Constituição, combinado com o art. 214 do Regimento do Senado Federal, de aplicação subsidiária, solicito a Vossa Excelência encaminhe o presente requerimento ao Tribunal de Contas da União no sentido de que aquela Corte proceda à inspeção externa junto ao Banco Central do Brasil, com o objetivo de identificar

Handwritten signatures and names:
 Romano
 Wanderer
 WANDERER

Assessoria JANE GIERARD

Handwritten signatures and names:
 Colapso
 (signature)
 (signature)

ODAIR KHEIAT
 ELIO D. VECCHIA

Helen Rom

Sgoins

Sacano Gomes

(signature)

CHLOUGILANGE

Carvalho

Agosto Carvalho

Handwritten signature

MENDONÇA NETO

Handwritten signature

CLETO TACCA

Handwritten signature

Eris Faria

Handwritten signature

- *Handwritten signature* (Nelson Marquesella)
 (Luis Eduardo)
 pai Rui alair (josi & inair)
 (Gonçalves Correa)
 (Luis Carlos Houty)

Handwritten signature

Handwritten signature (josi Lima)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Em votação na Câmara. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência determina a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

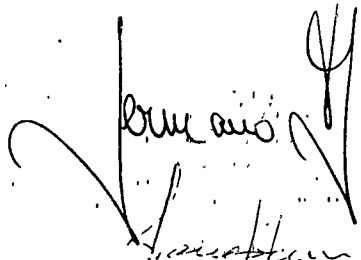
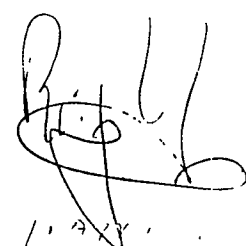
REQUERIMIENTO N° 170, DE 1992-CN

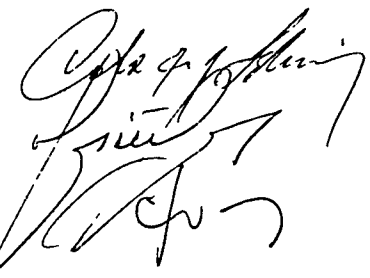
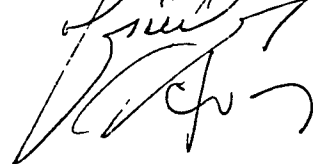

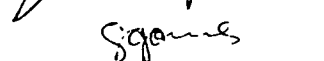

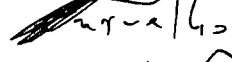
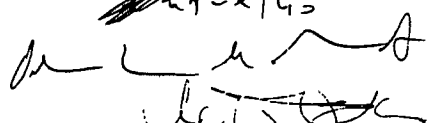
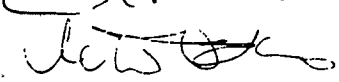
Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

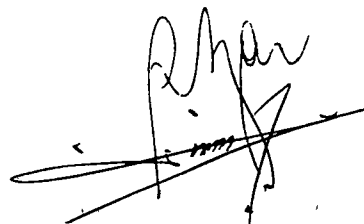
Requeiro, nos termos regimentais, urgência para a votação do Projeto de Lei nº 64/92-CN, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$7.668.766.995.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento”.

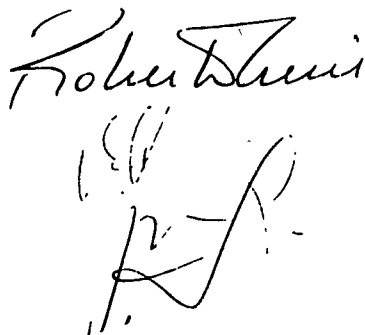
Brasília, 11 de novembro de 1992. — Seguem as assinaturas:

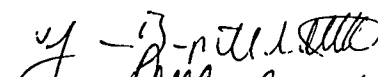
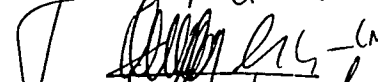
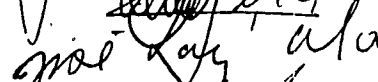


[illegible]

 - VITORIANO
 - KLEVER VANDERLIN

 - ODAÍRA KLEIN
 - ELIO D. FERREIRA
 - Helio Kohn
 - Socorro Gomes
 - CHIZ VILANTE
 - Agostinho
 - MENDONÇA MELO
 - Cleo Toledo

 - Ean Ferreira

 - Roberto

 - J. Eduardo (J. Eduardo)
 - Nelson (Nelson)
 - J. L. Moreira (J. L. Moreira)
 - Consuelo (Consuelo)
 - Luis (Luis)

 - J. L. Moreira (J. L. Moreira)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Em votação na Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência determina a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Ofício nº 173/92

Brasília, 5 de novembro de 1992.

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado Osório Santa Cruz para substituir, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos, na vaga de titular destinada ao PDC.

Atenciosamente, Deputado **Jonival Lucas**, Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Faça-se a substituição.

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Brasília, 9 de novembro de 1992

Senhor Presidente,

De acordo com o disposto no Regimento Interno desta Casa venho a indicar como membro titular da Comissão Mista de Esterilização da Mulher, em substituição ao Senador José Richa, a Senadora Eva Blay.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª meus protestos de consideração e apreço. — Senador **Chagas Rodrigues**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Faça-se a substituição.

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

OF GL PFL Nº 079/92

Brasília, 10 de novembro de 1992

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, na qualidade de Líder do Partido da Frente Liberal, no Senado Federal, para solicitar a substituição do Senador Alexandre Costa pelo Senador Álvaro Pacheco, como Titular, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevada consideração e apreço. Senador **Marco Maciel** — Líder do PFL no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Faça-se a substituição.

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

OF. GAB/I/nº 535.

Brasília, 6 de novembro de 1992

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Alano de Freitas, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, passa a participar, na qualidade de Titular, da

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Lázaro Barbosa.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — Deputado **Genebaldo Correia** — Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Portanto, faça-se a substituição.

A Presidência recebeu, em época oportuna, requerimento do Presidente da Comissão Mista destinada a reavaliar os incentivos fiscais regionais, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

Brasília, 10 de novembro de 1992

REQUERIMENTO Nº 171, DE 1992 — CN

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, criada através do Requerimento nº 445 de 1991-CN, destinada a “Reavaliar os Incentivos Fiscais Regionais”, requeiro a Vossa Excelência, conforme o disposto na alínea p, parágrafo 1º do artigo 76 do Regimento Interno desta Casa, a prorrogação por mais 30 (trinta) dias, do prazo concedido a este órgão técnico.

Na oportunidade, aproveito o ensejo para formular a Vossa Excelência protestos de estima e apreço. — Senador **Mansueto de Lacerda**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o requerimento no Senado Federal. (Pausa.)

Aprovado.

Será concedido prazo de mais 30 (trinta) dias.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Há sobre a mesa vários requerimentos de inversão de pauta. Então, a Presidência pede aos Srs. Deputados José Luiz Maia, Líder do PDS; Jackson Pereira, pela Liderança do PSDB; Clóvis Assis, Líder do PDT, e Chico Vigilante, pela Liderança do PT, que venham à Mesa, a fim de que possamos elaborar a pauta da Ordem do Dia.

A Presidência suspende a sessão por cinco minutos, para que possamos, ordenar todas as matérias da Ordem do Dia.

Suspensa às 19h50min, a sessão é reaberta às 19 horas e 54 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Declaro reaberta a sessão. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa requerimento subscrito por várias lideranças, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 172, DE 1992 — CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

Requeiro, na forma do Regimento Comum, a inversão de pauta para que os itens relativos aos Projetos de Lei nºs 17, 40, 63, 64, 51, 29, 46 e 49/92 — CN sejam votados antes dos demais projetos.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 1992.

Seguem-se as assinaturas

10/11/92 - PSDB
 - PT
 Chico Vigilante
 Roberto Diniz
 PDT.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados. (Pausa.)
 Aprovado.
 Em votação o requerimento no Senado Federal. (Pausa.)
 Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Item 1

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 17, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito suplementar até o limite de Cr\$ 144.123.413.000,00 (cento e quarenta e quatro bilhões, cento e vinte e três milhões, quatrocentos e treze mil cruzeiros), para os fins que especifica.

Na sessão conjunta realizada no dia 5 próximo passado foi aprovado o projeto.

Passa-se à votação das emendas destacadas.

O Sr. Fernando Diniz — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio de Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. FERNANDO DINIZ (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito que as votações das emendas sejam globalizadas.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Sendo regimental, a Presidência defere o pedido do nobre Relator Fernando Diniz.

Em votação as emendas destacadas para votação em globo.

Como votam os Srs. Líderes?

O SR. MESSIAS GÓIS (Bloco — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, encaminho a votação, contrariamente às emendas.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS vota “não”.

O SR. JACKSON PEREIRA (PSDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota “não”.

O SR. FERNANDO DINIZ (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB vota “não”.

O SR. ÉLIO DALLA-VECCHIA (PDT — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT vota “não”.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT vota “não”.

O SR. AVELINO COSTA (PL — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PL vota “não”.

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do Governo vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Em votação as emendas destacadas. (Pausa.)
 Rejeitadas.

O projeto vai à sanção presidencial.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 17, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito suplementar até o limite de Cr\$ 144.123.413.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Ministério da Ação Social, crédito suplementar até o limite de Cr\$ 144.123.413.000,00 (cento e quarenta e quatro bilhões, cento e vinte e três milhões, quatrocentos e treze mil cruzeiros), para atender a programação constante do Anexo I a esta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento de dotações indicadas no Anexo II desta lei, nos montantes especificados.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

23000 - MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL
23101 - MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
HABITAÇÃO E URBANISMO		17 123 413				17 123 413			
HABITAÇÃO		17 123 413				17 123 413			
HABITAÇÕES URBANAS		17 123 413				17 123 413			
10 097 0310 1310 APOIO A HABITAÇÃO POPULAR		17 123 413				17 123 413			
REGULARIZAR E APOIAR A CONSTRUÇÃO/REUPERAÇÃO/CONCLUSÃO DA MELHORIA DE PADRÕES POPULARES, SEM COMO O FINANCIAMENTO DE LOTES, INFRA-ESTRUTURA DESENVOLVIMENTO URBANO E TECNOLÓGICO DE HABITAÇÕES POPULARES, ESTUDOS, REQUISITOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA									
CURSO DE TREINAMENTO REALIZADO (EVENTO) - 48									
PUBLICAÇÃO E EDIÇÃO (PUBLICAÇÃO) - 11									
SEMINÁRIO REALIZADO (EVENTO) - 14									
INICIATIVA HABITACIONAL/CONSTRUÇÃO (INICIATIVA) - 67 820									
10 057 0310 1320 0001 APOIO A HABITAÇÃO POPULAR	SEGURIDADE	17 123 413				17 123 413			
CURSO DE TREINAMENTO REALIZADO (EVENTO) - 48									
PUBLICAÇÃO E EDIÇÃO (PUBLICAÇÃO) - 11									
SEMINÁRIO REALIZADO (EVENTO) - 14									
UNIDADE HABITACIONAL/CONSTRUÇÃO (UNIDADE) - 67 820									
SANEAMENTO		123 000 000							
SANEAMENTO		92 000 000							
PLANEJAMENTO URBANO		92 000 000							
15 070 0323 1345 INFRA-ESTRUTURA URBANA		92 000 000							
PROMOVER A REUPERAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA BÁSICA DE CENTROS URBANOS									
15 070 0323 1345 1000 INFRA-ESTRUTURA URBANA	SEGURIDADE	92 000 000				92 000 000			
PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE		35 000 000							
SANEAMENTO GERAL		35 000 000							
15 072 0440 1327 MINIMIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE DAS CIDADES		35 000 000							
MINIMIZAR A VULNERABILIDADE DAS CIDADES, REDUZINDO AS PERDAS DE VIDAS HUMANAS E AS CONDIÇÕES INSALUBRES ATRAVÉS DE AÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS									
FAMÍLIA BENEFICIÁRIA (UNIDADE) - 100 000									
MUNICÍPIO ATENDIDO (MUNICÍPIO) - 671									
15 072 0440 1327 0001 MINIMIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE DAS CIDADES	SEGURIDADE	35 000 000				35 000 000			
FAMÍLIA BENEFICIÁRIA (UNIDADE) - 100 000									
MUNICÍPIO ATENDIDO (MUNICÍPIO) - 671									
TOTAL SEGURIDADE		144 123 413				144 123 413			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

23000 - MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL
23101 - MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
HABITAÇÃO E URBANISMO		109 123 413				109 123 413			
REDES METROPOLITANAS		109 123 413				109 123 413			
PLANEJAMENTO URBANO		109 123 413				109 123 413			
10 096 0323 3030 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E URBANO - PROCESSO		109 123 413				109 123 413			
MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS POPULAÇÕES URBANAS DAS GRANDES Cidades ATRAVÉS DA MELHORIA DE SUA INFRA-ESTRUTURA SOCIAL									
10 096 0323 3030 0002 PROCESSO - LOTES URBANIZADOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS	SEGURIDADE	43 413 913				43 413 913			
10 096 0323 3030 0003 PROCESSO - EQUIPAMENTOS SOCIAIS	SEGURIDADE	61 000 000				61 000 000			
SANEAMENTO		75 000 000							
PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE		35 000 000							
SANEAMENTO GERAL		35 000 000							
15 072 0440 1327 MINIMIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE DAS CIDADES		35 000 000							
MINIMIZAR A VULNERABILIDADE DAS CIDADES, REDUZINDO AS PERDAS DE VIDAS HUMANAS E AS CONDIÇÕES INSALUBRES ATRAVÉS DE AÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS									
FAMÍLIA BENEFICIÁRIA (UNIDADE) - 100 000									
MUNICÍPIO ATENDIDO (MUNICÍPIO) - 671									
15 072 0440 1327 0001 MINIMIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE DAS CIDADES	SEGURIDADE	35 000 000				35 000 000			
FAMÍLIA BENEFICIÁRIA (UNIDADE) - 100 000									
MUNICÍPIO ATENDIDO (MUNICÍPIO) - 671									
TOTAL SEGURIDADE		144 123 413				144 123 413			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Passa-se ao Item 30 da pauta:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 40, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, créditos adicionais até o limite de Cr\$ 326.630.684.000,00 (trezentos e vinte e seis bilhões, seiscentos e trinta milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil cruzeiros), para os fins que especifica.

— Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin para proferir parecer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIM (PDS - SC. Para emitir parecer) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o parecer que vou apresentar resumidamente, de autoria do nobre Deputado Valdomiro Lima, conclui que projeto atende aos princípios estabelecidos da Lei nº 4.320 e que a sua análise não evidenciou incompatibilidade com o Plano Plurianual nem com a LDO vigente.

É, portanto, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — O parecer concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto, na Câmara. (Pausa.) Aprovado.

Em votação no Senado. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 40, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, créditos adicionais até o limite de Cr\$326.630.684.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito especial até o limite de Cr\$ 152.501.014.000,00 (cento e cinquenta e dois bilhões, quinhentos e um milhões e quatorze mil cruzeiros) para atender à programação indicada no Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial de dotação, na forma do Anexo II desta lei.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$ 174.129.670.000,00 (cento e setenta e quatro bilhões, cento e vinte e nove milhões e seiscentos e setenta mil cruzeiros) para atender à programação indicada na Anexo III desta lei.

Art. 4º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados — Outras Fontes, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I À LEI Nº , DE DE DE 1992

CR\$ 1 000 00

CREDITO ESPECIAL		ANEXO		FISCAL	
		ANEXO		SUPLEMENTAÇÃO	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	VALOR	
	MINISTERIO DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO			152 501 014	
	MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO			152 501 014	
28101 030070024 3327	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE COMERCIO EXTERIOR - SISCOMEX	3 4 90 38	100	10 014 540	
	PROMOVER A IMPLANTACAO DO SISTEMA DE COMERCIO EXTERIOR - SISCOMEX, VISANDO O APERFEIÇAMENTO E A INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES RELATIVAS AO COMERCIO EXTERIOR, FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E CAMBIAL			101 014 540	
28101 030070024 3327.0001	IMPLANTACAO DO SISCOMEX	3 4 90 38	100	101 014 540	
				10 014 540	
28101 030070024 4308	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE COMERCIO EXTERIOR - SISCOMEX	3 4 90 38	100	51 486 474	
	PROPORCIONAR A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE COMERCIO EXTERIOR			51 486 474	
28101 030070024 4308 0001	MANUTENÇÃO DO SISCOMEX	3 4 90 38	100	51 486 474	
				51 486 474	
TOTAL				152 501 014	

ANEXO II À LEI Nº , DE DE DE 1992

CR\$ 1.000,00

CREDITO ESPECIAL		ANEXO		FISCAL	
ANEXO		ANEXO		CANCELAMENTO	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	VALOR	
	ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO			152 501 014	
	RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO			152 501 014	
71101 040180042 1838	POLÍTICA NACIONAL DE EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS AGRÍCOLAS ATENDER AO DISPOSTO NA LEI Nº 4 870, DE 01/12/88 E AO QUE DISPÕEM OS DECRETOS-LEI Nº 308, DE 1967, 1188, DE 1971 E 1982, DE 1982	3 4 90 48	100	152 501 014	
71101 040180042 1838 0001	POLÍTICA NACIONAL DE EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	3 4 90 48	100	152 501 014	
TOTAL				152 501 014	

ANEXO III À LEI Nº , DE DE DE 1992

CR\$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR		ANEXO		FISCAL	
ANEXO		ANEXO		SUPLEMENTAÇÃO	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	VALOR	
	MINISTÉRIO DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO			174 129 870	
	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS			174 129 870	
25207 030070024 2243	ATENDIMENTO DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA	3 4 90 33	250	172 997 827	
		3 4 90 39	250	9 882 886	
		4 8 90 82	250	140 281 074	
				22 883 787	
25207 030070024 2243 0001	ADMINISTRAÇÃO GERAL	3 4 90 33	250	172 997 827	
		3 4 90 39	250	9 882 886	
		4 8 90 82	250	140 281 074	
				22 883 787	
25207 150840492 2012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	3 4 90 41	280	1 131 843	
25207 150840492 2012 0001	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	3 4 90 41	280	1 131 843	
TOTAL				174 129 870	

ANEXO IV À LEI Nº , DE DE DE 1992.

ANEXO		ANEXO		ACRESCIMO	
ANEXO		ANEXO		ACRESCIMO	

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
 25207 - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESEMBOLAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			174.129.870
1000.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		174.129.870	
1000.00.00 SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	FIS	174.129.870		
TOTAL FISCAL				174.129.870

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Passa-se à urgência anteriormente concedida.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 63, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos, créditos adicionais até o limite de Cr\$167.535.289.912.000,00 (cento e sessenta e sete trilhões, quinhentos e trinta e cinco bilhões, duzentos e oitenta e nove milhões, novecentos e doze mil cruzeiros), para os fins de especifica, e dá outras providências.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ézio Ferreira para proferir parecer.

O SR. ÉZIO FERREIRA (Bloco — AM. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, sobre o projeto que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União Crédito adicional nesse limite que V. Ex^a referiu, vou relatar resumidamente o parecer.

O Projeto de Lei nº 68 busca ver adotadas medidas de caráter orçamentário que permitam implementar autorização concedida pelo Senado Federal para que a União celebre operações externas de natureza financeira relativas aos juros da dívida externa, junto aos bancos comerciais, devidos no período de julho de 1989 a dezembro de 1990.

Considerando a importância dessa iniciativa, a partir da qual terão prosseguimento as negociações da dívida externa, e que o referido projeto não é incompatível com as leis relativas às diretrizes orçamentárias e ao Plano Plurianual, sou pela aprovação, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tendo o parecer do nobre Relator Ézio Ferreira concluído pela aprovação do projeto, está em discussão a matéria.

O Sr. Chico Vigilante — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores, no Senado Federal, através do seu Líder, Senador Eduardo Suplicy, já se posicionou contra esse projeto de negociação da dívida externa, tendo sido vencido. Agora, mais uma vez, o Partido dos Trabalhadores vai posicionar-se contra. Não vamos pedir verificação, de **quorum** porque naturalmente derubáramos a sessão, e compreendemos o momento difícil por que passa o Governo do Presidente Itamar Franco. Queremos, entretanto, fazer um apelo ao Líder do Governo — no momento, o nobre Deputado Ubiratan Aguiar — porque sentimos a necessidade de uma reabertura da discussão com o Governo brasileiro. Nós, do Partido dos Trabalhadores, propomos um encontro com o Presidente Itamar Franco para que possamos discutir com S. Ex^a qual o seu propósito em relação à dívida externa do País. Sabemos que essa negociação não foi boa para o Brasil — a demonstração aí está — e queremos que o novo Governo que ora se implanta no País retorne a discussão com os credores internacionais em novo patamar.

Portanto, quero ouvir do Deputado Ubiratan Aguiar qual é a disposição da Liderança do Governo para a reabertura da discussão sobre a dívida externa brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ubiratan Aguiar.

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, o Deputado Roberto Freire, em conversa com as demais Lideranças desta Casa, inclusive com as do PT, já manifestou expressamente o sentimento da Liderança do Governo de fazer com que o Presidente Itamar Franco, em matéria de negociação da dívida externa, possa abrir o leque das discussões, chamando os partidos políticos para o debate de um tema de tamanha importância. O PT está convidado pela Liderança do Governo a expor as suas posições, o seu ponto de vista, que o Líder Roberto Freire levará ao Presidente Itamar Franco. É conveniente discutir e ouvir opiniões as mais diferentes possíveis, para que se possa conduzir esse processo de negociação da dívida externa de modo que ele reflita o sentimento dos representantes do povo brasileiro. Achemos salutar essa sugestão hoje aqui apresentada.

O Líder Roberto Freire pediu que, neste momento em que estamos representando aqui a Liderança do Governo, transmitíssemos a todos os pares a acolhida à tese aqui exposta pelo Líder do PT, Deputado Chico Vigilante.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Não havendo mais nenhum Sr. Deputado ou Senador que queira fazer uso da palavra para discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados.

Como votam os Srs. Líderes?

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Sem revisão do orador.) — O PT vota “não”.

O SR. ÉLIO DALLA-VECCHIA (PDT — PR. Sem revisão do orador.) — O PDT vota “sim”.

O SR. JACKSON PEREIRA (PSDB — CE. Sem revisão do orador.) — O PSDB vota “sim”.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — O PDS vota “sim”.

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — O PMDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Em votação o projeto na Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Aprovado, contra o voto do PT.

Em votação o projeto no Senado. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do PT.

Aprovada, a matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 63, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos, créditos adicionais até o limite de Cr\$ 167.535.289.912.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito especial até o limite de Cr\$ 86.870.150.325.000,00 (oitenta e seis trilhões, oitocentos e setenta bilhões, cento e cinquenta milhões, trezentos e vinte e cinco mil cruzeiros), para atender ao refinanciamento

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

[illegible]

ANEXO II DA LEI Nº DE DE DE 1992

71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO
71101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

CR\$ 1 000 000

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		12 318 021 475		12318 021 475					
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		12 318 021 475		12318 021 475					
DÍVIDA EXTERNA		12 318 021 475		12318 021 475					
03 000 0034 2200		12 318 021 475		12318 021 475					
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL									
ATENDER AO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÕES E ENCARGOS INTERJURIS E/OU EXTERJURIS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL									
03 000 0034 2200 0003	FISCAL	12 318 021 475		12318 021 475					
BONDI EXCHANGE AGREEMENT - BEA									
TOTAL FISCAL		12 318 021 475		12318 021 475					

71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO
71101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

CR\$ 1 000 000

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		100 000 000		100 000 000					
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		100 000 000		100 000 000					
DÍVIDA EXTERNA		100 000 000		100 000 000					
03 000 0034 2200		100 000 000		100 000 000					
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL									
ATENDER AO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÕES E ENCARGOS INTERJURIS E/OU EXTERJURIS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL									
03 000 0034 2200 0003	FISCAL	100 000 000		100 000 000					
BONDI EXCHANGE AGREEMENT - BEA									
TOTAL FISCAL		100 000 000		100 000 000					

ANEXO III DA LEI Nº DE DE DE 1992

71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO
71101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

CR\$ 1 000 000

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		100 000 000		100 000 000					
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		100 000 000		100 000 000					
DÍVIDA EXTERNA		100 000 000		100 000 000					
03 000 0033 2200		100 000 000		100 000 000					
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL									
ATENDER AO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÕES E ENCARGOS INTERJURIS E/OU EXTERJURIS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL									
03 000 0033 2200 0001	FISCAL	100 000 000		100 000 000					
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL									
TOTAL FISCAL		100 000 000		100 000 000					

ANEXO IV DA LEI Nº DE DE DE 1992

71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO
71101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

CR\$ 1 000 000

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		60 000 110 112		14897 025 770				45193 082 342	
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		60 000 110 112		14897 025 770				45193 082 342	
DÍVIDA EXTERNA		60 000 110 112		14897 025 770				45193 082 342	
03 000 0033 2200		60 000 110 112		14897 025 770				45193 082 342	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL									
ATENDER AO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÕES E ENCARGOS INTERJURIS E/OU EXTERJURIS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL									
03 000 0033 2200 0001	FISCAL	60 000 110 112		14897 025 770				45193 082 342	
ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL									
TOTAL FISCAL		60 000 110 112		14897 025 770				45193 082 342	

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Passa-se à urgência anteriormente concedida.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 64, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União — recursos sob supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$7.668.766.995.000,00 (sete trilhões, seiscentos e sessenta e oito bilhões, setecentos e sessenta e seis milhões, novecentos e noventa e cinco mil cruzeiros), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Dependendo de parecer a ser proferido em plenário, concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Aleluia para proferir o parecer.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Bloco — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o projeto apresentado tem como finalidade o pagamento de encargos de avais da União a empréstimos realizados por empresas do setor elétrico — Chesf, Eletrosul, Furnas, Eletronorte e Eletrobrás — e para o pagamento de obrigações externas devidas por entidades extintas ou em processo de extinção, como a EBTU, a Infaz, a Siderbrás e a Portobrás.

Optamos por apresentar substitutivo apenas por razões de ordem técnica, à medida que a lei orçamentária autorizou a emissão de títulos com valores definidos. Portanto, caberia ao Congresso Nacional dar uma nova autorização para a emissão desses títulos.

O nosso relatório é favorável à aprovação do projeto na forma do substitutivo, fazendo, porém, uma ressalva: o fato de lamentarmos que o setor elétrico e essas empresas estatais em extinção não tenham tido a possibilidade de honrar compromissos avalizados pela União. Isto, no meu entendimento, é uma demonstração clara do equívoco da política, de o Estado se arvorar a ser empresário. Em consequência disso, os contribuintes, em detrimento das ações indispensáveis do Estado na área social, têm agora que pagar somas elevadas e assumir novos ônus também com somas elevadas.

O nosso parecer é favorável, no entanto, com essa ressalva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Em discussão a matéria. Para discuti-la, concedo a palavra ao nobre Deputado João Paulo.

O SR. JOÃO PAULO (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, inicialmente acho necessário ressaltar aos colegas Parlamentares como atua esta Casa na questão do Orçamento.

Infelizmente, Sr. Presidente, não cumprimos à altura a tarefa que nos cabe desempenhar, pois a Comissão de Orçamento não está estruturada nem equipada para que possamos assumir, na sua inteireza, a nossa responsabilidade.

O Governo ora afastado mantinha conosco uma relação de absoluto desrespeito. Primeiro, a peça orçamentária que chegava a esta Casa era sempre fruto de subestimação da receita, o que, conseqüentemente, nos coloca numa situação como esta que ora presenciamos, de termos de aprovar créditos suplementares de elevado vulto. A casa não participa da elaboração do Orçamento como deveria em decorrência de manobras como esta, que o Governo sempre vem adotando.

Não temos condições de avaliar a peça orçamentária por falta de assessoria da Comissão de Orçamento, de um estudo mais aprofundado para que, com a discussão e votação do Orçamento, possamos enviar ao Palácio do Planalto uma peça orçamentária que reflita a realidade, ou aproximadamente a realidade das despesas a serem pagos pelo Erário.

Sr. Presidente, quanto ao problema agora discutido, de o Governo assumir ônus de empresas estatais que não honram os compromissos assumidos, nós vamos votar contra, embora consentindo que a votação tramite e que a matéria passe devido à situação peculiar que vivemos.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui o protesto do nosso Partido. Discutimos hoje o assunto com a Liderança do Governo, que se comprometeu a convidar o Ministro do Planejamento, Sr. Paulo Haddad, a comparecer à Comissão de Orçamento, pois é preciso que se estabeleça entre o Legislativo e o Executivo uma relação mais respeitosa. Esta Casa, daqui para a frente, deve assumir atitudes que venham a propiciar à Comissão de Orçamento uma atuação responsável. Que o Governo assuma conosco o compromisso de não praticar manobras como as que ocorreram não apenas no Governo passado, mas também no Governo Sarney, quando votávamos um Orçamento irreal e depois o Executivo contingenciava as verbas. Não podemos mais admitir isso, Sr. Presidente.

Esperamos que a Liderança do Governo providencie a vinda a esta Casa do Ministro Paulo Haddad, a fim de que as regras de comportamento entre o Executivo e o Legislativo sejam estabelecidas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Ubiratan Aguiar — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Para discutir a matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado Ubiratan Aguiar.

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ao discutir esta matéria, nos manifestamos favoravelmente à sua aprovação. Queremos apenas registrar que o depoimento agora trazido à Casa pelo Deputado João Paulo, nobre companheiro do PT, retrata exatamente o pensamento expresso pelo Líder do Governo, Deputado Roberto Freire, no sentido de que o Ministro do Planejamento, Paulo Haddad, possa comparecer à Comissão Mista de Orçamento e num debate amplo com todos os que integram aquela Comissão, disciplinar esse problema dos créditos a que aludiu o nobre Deputado que me atencedeu na tribuna.

A Liderança do Governo acolhe com simpatia a sugestão do Deputado João Paulo e vai adotar as providências para formular convite ao Ministro do Planejamento para que S. Exª se faça presente na Comissão Mista de Orçamento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

Nos termos do art. 24 da Resolução nº 1, de 1991, do Congresso Nacional, o parecer da Comissão sobre as emendas será conclusivo e final, salvo se houver requerimento para que as emendas sejam submetidas a votos assinado por um décimo dos Srs. Congressistas.

Não há sobre a mesa nenhum requerimento nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental sobre o projeto. Em votação na Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Aprovado, contra o voto do PT.

Em votação no Senado Federal. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o substitutivo aprovado.

Autoriza a emissão de Títulos do Tesouro Nacional e a abertura, ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, de crédito suplementar no valor de Cr\$7.668.766.995.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a emitir Títulos do Tesouro Nacional, até o limite de Cr\$5.261.362.562.000,00 (cinco trilhões, duzentos e sessenta e um bilhões, trezentos e sessenta e dois milhões, quinhentos e sessenta e dois mil cruzeiros), destinados ao pagamento de obrigações decorrentes da dívida pública fundada externa.

Art. 2º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor de Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$7.668.766.995.000,00 (sete trilhões, seiscentos e sessenta e oito bilhões, setecentos e sessenta e seis milhões, novecentos e noventa e cinco mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 3º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de:

I — anulação parcial de dotações no valor de Cr\$2.407.404.433.000,00 (dois trilhões, quatrocentos e sete bilhões, quatrocentos e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil cruzeiros) na forma do Anexo II desta lei; e

II — emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional no montante total de Cr\$5.261.362.562.000,00 (cinco trilhões, duzentos e sessenta e um bilhões, trezentos e sessenta e dois milhões, quinhentos e sessenta e dois mil cruzeiros).

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Item 25:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 51, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$921.834.928.000,00 (novecentos e vinte e um bilhões, oitocentos e trinta e quatro milhões, novecentos e vinte e oito mil cruzeiros), para os fins que especifica.

Ao projeto foram apresentadas duas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 56, de 1992-CN, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta realizada dia 5 próximo passado, às onze horas e trinta minutos, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Nos termos do art. 24 da Resolução nº 1, de 1991-CN, o parecer da Comissão será conclusivo e final, salvo requerimento para que as emendas sejam submetidas a votos, assinado por um décimo dos Congressistas.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 51, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$921.834.928.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor dos Ministérios do Exército e da Marinha, crédito suplementar no valor de Cr\$921.834.928.000,00 (novecentos e vinte e um bilhões, oitocentos e trinta e quatro milhões, novecentos e vinte e oito mil cruzeiros), para atender à programação constante dos Anexos I, II, III e IV desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação de receitas de convênios e do excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados do Tesouro Nacional e de outras fontes, na forma indicada nos Anexos V e VI desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

000 - MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
001 - SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
002

CR\$ 1.000.000

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
A NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		99.700.000	1.200.000		4.430.000	88.100.000			
310 TERRESTRE		99.700.000	1.200.000		4.430.000	88.100.000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		99.000.000	1.000.000		4.000.000	88.000.000			
1.001.0000 CONTRATAÇÃO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO		90.000.000	1.000.000		4.000.000	88.000.000			
PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES ATINENTES AO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO E DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, CONTABILIDADE E AUDITORIA									
1.001.0000.0001 ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS	FISCAL	90.000.000	1.000.000		4.000.000	88.000.000			
ORÇAMENTO TERRESTRE		700.000	200.000		430.000	100.000			
0100.0000 CONTRIBUIÇÃO A FUNDOS		700.000	200.000		430.000	100.000			
PROVEDOR A COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS PARA A CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DEFINIDOS PELO GRUPO									
0100.0000.0010 FUNDO DO EXÉRCITO	FISCAL	700.000	200.000		430.000	100.000			
TOTAL FISCAL		99.700.000	1.200.000		4.430.000	88.100.000			

31000 - MINISTERIO DA MARINHA
31101 - SECRETARIA GERAL DA MARINHA

ANEXO III

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFESA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JANOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
despesa operacional e manutenção pública		47 930 000			32 930 000	16 000 000			
despesa naval		47 930 000			32 930 000	16 000 000			
despesas navais		47 930 000			32 930 000	16 000 000			
06 027 0163 2000		47 930 000			32 930 000	16 000 000			
contribuição a fundos									
memoria a complementação de recursos para a									
conservação dos navios detinidos pelo Estado									
06 027 0163 2000 0011		47 930 000			32 930 000	16 000 000			
FUNDO NAVAL	FISCAL	47 930 000			32 930 000	16 000 000			
TOTAL FISCAL		47 930 000			32 930 000	16 000 000			

31000 - MINISTERIO DA MARINHA
31901 - FUNDO NAVAL

ANEXO IV

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFESA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JANOS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZACAO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
despesa operacional e manutenção pública		47 930 000			32 930 000	16 000 000			
despesa naval		47 930 000			32 930 000	16 000 000			
despesas navais		47 930 000			32 930 000	16 000 000			
06 027 0163 2000		47 930 000			32 930 000	16 000 000			
conservação e manutenção dos serviços administrativos e									
serviço de portos navais									
memoria a complementação de recursos para a									
conservação dos navios detinidos pelo Estado									
06 027 0163 2000 0011		47 930 000			32 930 000	16 000 000			
FUNDO NAVAL	FISCAL	47 930 000			32 930 000	16 000 000			
TOTAL FISCAL		47 930 000			32 930 000	16 000 000			

ANEXO

ANEXO V

ACRESCIMO

27000 - MINISTERIO DO EXERCITO
27901 - FUNDO DO EXERCITO

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1 000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESEMBOLAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			763 764 928
1200.00.00 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	FIS		55 152 248	
1210.00.00 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	FIS		55 152 248	
1210.07.00 CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE SAUDE	FIS	55 152 248		
1300.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	FIS		459 702 320	
1310.00.00 RECEITAS IMOBILIARIAS	FIS		32 007 684	
1315.00.00 TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMOVEIS	FIS	32 007 684		
1380.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	FIS		437 694 636	
1600.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	FIS		704 530	
1600.03.01 SERVIÇOS DE TRANSPORTE MODVIARIO	FIS	704 530		
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		535 000	
1710.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		535 000	
1711.01.99 TRANSFERENCIA DE OUTROS RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	535 000		
1800.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS		257 560 830	
1820.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	FIS		257 560 830	
1821.09.00 OUTRAS INDENIZAÇÕES	FIS	257 560 830		
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			150 000
2400.00.00 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	FIS		150 000	
2410.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		150 000	
2411.01.99 TRANSFERENCIA DE OUTROS RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	150 000		
TOTAL FISCAL				763 904 928

ANEXO VI

ANEXO

ACRESCIMO

11000 - MINISTERIO DA MARINHA
11901 - FUNDO NAVAL

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1 000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	FIS			47 930 000
1700.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		47 930 000	
1710.00.00 TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		47 930 000	
1711.01.99 TRANSFERENCIA DE OUTROS RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	47 930 000		
TOTAL FISCAL				47 930 000

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Item 11:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 29, de 1992-CN que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de Cr\$83.295.000,00 (oitenta e três milhões, duzentos e noventa e cinco mil cruzeiros), para os fins que especifica.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 41, de 1992-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta realizada dia 5 próximo passado, às onze horas e trinta minutos, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Em votação o projeto na Câmara. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI Nº 24, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de Cr\$83.295.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir aos Orçamentos da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de Cr\$83.295.000,00 (oitenta e três milhões, duzentos e noventa e cinco mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial da dotação indicada no Anexo II desta lei, no montante especificado.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

02000 - SENADO FEDERAL
02101 - SENADO FEDERAL

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		03 295	03 295						
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		03 295	03 295						
ASSISTENCIA SOCIAL RURAL		03 295	03 295						
10 070 0000 4000 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIO AO SERVIDOR PÚBLICO		03 295	03 295						
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O REFORTEMENTO DO AUXÍLIO REFERENTES AO VALE TRANSPORTE E VALE ALIMENTAÇÃO A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM MENOR DE ONTE PARA SEUS FILHOS ATÉ DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA		03 295	03 295						
10 070 0000 4000 0001 AUXÍLIOS AO SERVIDOR PÚBLICO	FISCAL	27 003	27 003						
10 070 0000 4000 0001 AUXÍLIOS AO SERVIDOR PÚBLICO	SECURITIZADA	06 292	06 292						
TOTAL	FISCAL	03 295	03 295						
	SECURITIZADA	06 292	06 292						

02000 - SENADO FEDERAL 02101 - SENADO FEDERAL		RECURSOS POR FONTE - 2º FIMES E TRANSFERÊNCIAS							
ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO PLANEJADO							
ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNCO E ENC. DA DIVISA	OUTROS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INTERVENÇ. FINANCEIRAS	AMPLIAÇÃO DA DIVISA	OUTROS RECURSOS DE CAPITAL
LEGISLATIVA		03 295	03 295						
PROCESSO LEGISLATIVO		03 295	03 295						
AÇÃO LEGISLATIVA		03 295	03 295						
01 001 0001 2001 ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS LEGISLATIVOS		03 295	03 295						
ENCARGOS COM ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS									
01 001 0001 2001 0000 FUNCIONAMENTO DO SENADO FEDERAL	FISCAL	03 295	03 295						
TOTAL FISCAL		03 295	03 295						

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Item 21:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 46, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal e do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$552.660.000,00 (quinhentos e cinquenta e dois milhões, seiscentos e sessenta mil cruzeiros), para os fins que especifica.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 52, de 1992-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta realizada dia 5 próximo passado, às onze horas e trinta minutos, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Em votação o projeto na Câmara. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

Em votação no Senado. (Pausa.)

Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 46, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal e do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$552.660.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir aos Orçamentos da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Senado Federal e do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$552.660.000,00 (quinhentos e cinquenta e dois milhões, seiscentos e sessenta mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial das dotações indicadas no Anexo II desta lei, nos montantes especificados.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Passa-se ao Item 23 da pauta.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 49, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal e do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.107.394.000,00 (seis bilhões, cento e sete milhões, trezentos e noventa e quatro mil cruzeiros), para os fins que especifica.

Ao projeo não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 54, de 1992-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta realizada dia 5 próximo passado, às onze horas e trinta minutos, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Congressistas, serei breve.

Trata-se de uma ressalva que faço em nome do PDS sobre os projetos que tratam da abertura de créditos adicionais. Nem todos os Parlamentares estudam este assunto. Alguns não se preocupam com isso.

Queremos, então, consignar um voto, não de protesto, mas de alerta: essas autorizações de créditos ocorrem frequentemente porque o Executivo subestima a ação do Legislativo na apreciação e votação do Orçamento. São 29 processos que estão aqui no Congresso Nacional. Estamos aprovando alguns. O Projeto de Lei nº 49 é um deles, e que proficia oportunidade para fazer este alerta de que o volume de recursos é da ordem de 81 trilhões, 993 bilhões e frações de cruzeiros.

Então, apreciaríamos se a Mesa do Congresso — e cabe a V. Exª essa tarefa — fizesse uma administração mais voltada para o interesse da Casa e dos Parlamentares, de modo a pôr à nossa disposição a publicação dos pareceres com a devida antecedência.

A nossa responsabilidade nisso tudo é muito grande, Sr. Presidente. É impossível votar com consciência, sem que se receba a tempo os pareceres da Comissão Mista de Orçamento, como no caso dos 29 créditos suplementares enviados a esta Casa e em apreciação no Congresso Nacional.

É esta a nossa posição em relação à matéria, que aparentemente parece simples, mas que, na verdade, é muito relevante. Por isso, deve ser analisada com a devida antecedência pelos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Com a palavra o nobre Deputado Jackson Pereira.

O SR. JACKSON PEREIRA (PSDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Congressistas, acabamos de aprovar mais alguns créditos suplementares de valor total significativo.

Sr. Presidente, apelo para o nobre Deputado Messias Góis, Presidente da Comissão Mista de Orçamento, no sentido de que, o quanto antes, S. Exª implemente os trabalhos da Subcomissão de Fiscalização e Controle, a fim de que os recur-

sos públicos possam ter o acompanhamento e a fiscalização devidos.

Sr. Presidente, assistimos agora às chamadas Secretarias de Controle Interno serem esvaziadas, ficando sem a mínima estrutura para que possam fiscalizar adequadamente a aplicação dos recursos públicos.

Sr. Presidente, na Medida Provisória nº 309 defendo a necessidade de a Auditoria-Geral da União não ficar subordinada ao Ministro da Fazenda. É difícil a um Ministro do mesmo nível hierárquico dos seus pares fiscalizar os demais colegas. Nela defendo ainda que a Auditoria-Geral da União fique subordinada diretamente ao Presidente da República, para que ele possa ter as informações de maneira mais precisa e tomar conhecimento do que, fato, se possa nas chamadas Secretarias de Controle Interno, que precisam ter, por parte do Governo, outro tratamento. Elas não podem mais ficar esvaziadas, sem estrutura e sem a mínima condição de realizar seu trabalho, porque, afinal de contas, são milhões e milhões de cruzeiros, de dólares que, diariamente, são manipulados pelos mais diversos órgãos do Governo sem a devida fiscalização.

Deixo aqui um apelo à Liderança do Governo, na pessoa do nobre Deputado Ubiratan Aguiar, no sentido de que analise com o necessário cuidado esta proposta, porque ela é importante para que o Presidente da República, tendo a Auditoria subordinada diretamente a ele, possa acompanhar mais de perto o que se passa nas Secretarias de Controle Interno e que na Comissão Mista de Orçamento possamos ver a Subcomissão de Fiscalização e Controle funcionando efetivamente, a fim de que, nesta Casa, possamos ter a certeza de que os recursos públicos estão sendo, de forma mais precisa, acompanhados na sua execução.

O Sr. Messias Góis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — V. Exª tem a palavra.

O SR. MESSIAS GÓIS (Bloco — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Deputados, desde que fui eleito Presidente da Comissão Mista de Orçamento, tentei atender à solicitação referida pelo Deputado Jackson Pereira, porque inclusive era uma das minhas metas. Mas, Sr. Presidente, V. Exª está diante de um homem decepcionado. Cheguei à conclusão de que uma comissão composta por 120 membros foi criada para enganar a humanidade, mas não para funcionar. O meu maior problema é reunir **quorum** para deliberar.

Numa reunião havida na quarta-feira última, com o Presidente do Congresso Nacional e as Lideranças partidárias, alertei-os para o fato de que, se fosse aplicar o regulamento da Comissão — e nisso, confesso, estou omissos — naquele dia, 73 membros faltosos, que deixaram de comparecer e três sessões consecutivas ou seis alternadas, teriam de ser substituídos. Há casos de Deputados, Sr. Presidente, que ameaçaram sair do respectivo partido se não fizessem parte da Comissão Mista de Orçamento. Infelizmente, não compareceram a uma reunião sequer. É preciso que esse desserviço prestado pela Comissão Mista de Orçamento hoje sirva de exemplo.

Não quero perpetuar-me nessa Comissão. Felizmente, no próximo ano, termina o meu mandato, e saio de consciência tranquila por ter alertado todas as Lideranças e a direção do Congresso Nacional para o fato de não ter recebido respal-

do para reformular, através de uma resolução do Congresso Nacional, a composição dessa Comissão.

Enquanto dependermos da presença de 120 pessoas, que têm os mais diversos afazeres, não vamos ter nunca uma reunião da Comissão Mista de Orçamento; apenas o assédio de grande número de Parlamentares que querem ver suas emendas aprovadas, mas despreocupados em acompanhar e fiscalizar os atos do Executivo, a composição das receitas, a execução orçamentária, em verificar os custos das obras públicas, enfim, em ter um retrato de como o dinheiro público é arrecadado e gasto.

Enquanto as Lideranças desta Casa não assumirem a responsabilidade de se reformular os procedimentos, apresentar algo de sério para que essa Comissão possa funcionar, infelizmente, Sr. Presidente, vamos ter uma Comissão Mista de Orçamento apenas constituída, tendo já vencido o prazo de apreciação da LDO, sem que isso tenha sido feito.

Ao término do segundo semestre, é sempre no último dia que votamos a LDO, sem que tenhamos tido tempo de discutir-la, quando o correto seria analisar detidamente o Orçamento, constituindo-se comissões sérias compostas de pessoas interessadas tão-só e exclusivamente na correta destinação do Orçamento.

Já recebemos o Orçamento anual. No entanto, só ouço pelos corredores perguntas tais como: "Quanto vou ter de emendas aprovadas? Quantas emendas minhas vão ser acatadas? Lembre-se de que sou seu amigo. Lembre-se de que preciso ser relator." Enfim, vejo poucos que querem trabalhar seriamente.

Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, as Lideranças devem assumir a responsabilidade de realmente ter nesta Casa uma Comissão Mista de Orçamento. Não podemos admitir uma Comissão Mista de Orçamento com 120 pessoas e nunca se conseguir **quorum** para fazer uma reunião. Até agora não presidi nenhuma sessão espírita. Devemos ter a consciência de que o Orçamento é algo sério e que os membros da Comissão, no máximo trinta, devem dedicar-se de corpo e alma, e tão-só, ao Orçamento e, por isso mesmo, devem ser dispensados de Comissões Permanentes, de plenário, enfim, de tudo. A nossa Comissão Mista de Orçamento deve funcionar como a dos Estados Unidos, onde é a Comissão mais importante

do Congresso Americano. Ela tem estrutura, dedica-se tão-só e exclusivamente ao Orçamento, acompanha a receita, a despesa, fiscaliza os preços públicos, o modo como as contas do Governo são pagas e assim por diante. No nosso caso, limitamo-nos apenas a aprovar uma LDO e um elenco de emendas, depois, vamos individualmente pedir favores a Ministros de Estado, para que liberem recursos destinados às emendas por nós aprovadas. Infelizmente a realidade é a esta: não temos ainda consciência do que é Orçamento da União.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Em votação o projeto na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação o projeto no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 49, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal e do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$6.107.394.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir aos Orçamentos da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Senado Federal e do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$6.107.394.000,00 (seis bilhões, cento e sete milhões, trezentos e noventa e quatro mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da incorporação de excesso de arrecadação dos Recursos diretamente arrecadados do Tesouro Nacional e dos Recursos de Outras Fontes, na forma do Anexo II desta lei, nos montantes especificados.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ESPECIFICAÇÃO	ESTRUTURA	TOTAL	PERSONAL E INC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DIVIDA	OUTROS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INTERESS. FINANCEIRAS	RESTITUIÇÃO DA DIVIDA	OUTROS DESP. DE CAPITAL
LEGISLATIVA		4.293.197			4.293.197				
PROJ. PLANO LEGISLATIVO		4.293.197			4.293.197				
ACQ. LEGISLATIVA		4.293.197			4.293.197				
01 001 0001 0001		4.293.197			4.293.197				
ADMINISTRAÇÃO E COMERCIAÇÃO DOS SERVIÇOS LEGISLATIVOS									
SECRETARIA COM ADMINISTRAÇÃO DO PERSONAL E DO CONTABILIDADE GERAL DO GOVERNOR VINCULO									
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E ADMINISTRATIVAS									
01 001 0001 0001 0001		4.293.197			4.293.197				
PROJ. COMERCIAÇÃO DO SERVIDOR PESSOAL									
TOTAL		4.293.197			4.293.197				

CMS 1 000 00

CREDIT SUPPLEMENT

[illegible]

1. 歐亞

ESPECIFICAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	MAT. E ENC. DA DIVID.	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	RESTITUIÇÃO DA DIVID.	OUTROS REGR. DE CAPITAL
09 022 0137 2245 0001 DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO GOVERNO FEDERAL	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	197 826	14 811						
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS	GERAL	416 431							
09 022 0137 2247 0001 MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE EMISSORAS									

20000 - MINISTERIO DA JUSTICA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
20301 - EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACOES S/A
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

ESPECIFICACAO	ESTIMA	TOTAL	PIRÂMIDE E INC. SOCIAIS	JUNTOS E INC. DA DIVIDA	RECURSOS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	AMORTIZACAO DA DIVIDA	OUTROS RECURSOS DE CAPITAL
serviço público									
TOTAL		1.040.232	418.015	1.040.232	1.040.232	187.842			
PIRÂMIDE E INC. SOCIAIS		1.040.232	418.015	1.040.232	1.040.232	187.842			
JUNTOS E INC. DA DIVIDA		1.040.232	418.015	1.040.232	1.040.232	187.842			
RECURSOS CORRENTES		1.040.232	418.015	1.040.232	1.040.232	187.842			
INVESTIMENTOS		1.040.232	418.015	1.040.232	1.040.232	187.842			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS		1.040.232	418.015	1.040.232	1.040.232	187.842			
AMORTIZACAO DA DIVIDA		1.040.232	418.015	1.040.232	1.040.232	187.842			
OUTROS RECURSOS DE CAPITAL		1.040.232	418.015	1.040.232	1.040.232	187.842			

AS QUANTIDADES SÃO EM REAIS, EXCETO ONDE SE INDICAR OUTRO VALOR

CREDITO SUPLEMENTAR	ANEXO	ANEXO II	ACRESCIMO
---------------------	-------	----------	-----------

02000 - SENADO FEDERAL
02301 - FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL

RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS (CR\$ 1.000,00)			
E S P E C I F I C A Ç Ã O		ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS			4.257.157
1700.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	FIS		4.257.157	
1710.00.00	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		4.257.157	
1711.01.89	TRANSFERENCIA DE OUTROS RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	FIS	4.257.157		
TOTAL FISCAL					4.257.157

CREDITO SUPLEMENTAR	ANEXO II	ACRESCIMO
ANEXO		

30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
30201 - EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO S/A

RECEITA						RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS		(CR\$ 1.000,00)	
E S P E C I F I C A Ç Ã O		ESF.	DESEMBOLAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA				
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	FIS			1.686.395				
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	FIS			1.686.395				
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS	FIS			1.686.395				
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	FIS	1.686.395						
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	FIS				163.842			
2500.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	FIS			163.842				
2590.00.00	OUTRAS RECEITAS	FIS			163.842				
TOTAL FISCAL						1.850.237			

ANEXO II	ACRESCIMO
ANEXO	

30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
30201 - EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO S/A

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS (CR\$ 1.000,00)				
ESPECIFICACAO				CATEGORIA ECONOMICA
RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LÍQUIDO DO TESOURO				163.842
TOTAL				163.842

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) —

Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 5, de 1992-CN, que autoriza a emissão de título dos Tesouro Nacional e a abertura de créditos especiais, até o montante de Cr\$72.100.000.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 36/92-CN — nº 149/92, na origem), tendo:

PARECER favorável, sob nº 25/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos, Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

O SR. CHICO VIGILANTE — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, houve um acordo de Lideranças, proposto pelo Deputado Roberto Freire, Líder do Governo. Todos nós concordamos com a retirada do item 5 da pauta. Teremos uma reunião na terça-feira para discutir a matéria, ela voltará à pauta posteriormente.

Sr. Presidente, é tradição nesta Casa cumprirmos normalmente os acordos.

O Sr. Clóvis Assis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. CLÓVIS ASSIS (PDT — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o acordo que fizemos não foi esse. Houve um erro técnico do nosso Líder, mas eu mantenho o acordo do PT. Não foi feito acordo em relação a este item. Respeito, contudo, a posição do meu Líder.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Élio Dalla-Vecchia.

O SR. ÉLIO DALLA-VECCHIA (PDT — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, fizemos um acordo sobre a retirada desse projeto para votação futura, e ele será mantido.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Não havendo quorum regimental para o prosseguimento da sessão, a votação da matéria fica adiada, bem como a dos demais itens da pauta.

São os seguintes os itens adiados:

— 3 —

PROJETO DE LEI Nº 19, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 19, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$40.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 59/92-CN — 358/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 33/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 4 —

PROJETO DE LEI Nº 20, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 20, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$1.680.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 60/92-CN — 359/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 34/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto e pela rejeição da emenda apresentada.

— 5 —

PROJETO DE LEI Nº 21, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 21, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais até o limite de Cr\$1.549.948.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 69/92-CN — 462/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 35/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 6 —

PROJETO DE LEI Nº 22, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 22, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$324.479.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 70/92-CN — 492/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 36/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 7 —

PROJETO DE LEI Nº 24, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 24, de 1992-CN, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992, e dá outras providências. (Mensagem nº 72/92-CN — 495/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 37/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela rejeição do Projeto e pela prejudicialidade das emendas apresentadas.

— 8 —

PROJETO DE LEI Nº 25, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 25, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$507.900.000,00, em favor de Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, para os fins que especifica. (Mensagem nº 73/92-CN — 509/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 38/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto e pela rejeição das emendas apresentadas.

— 9 —

PROJETO DE LEI Nº 26, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 26, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orça-

mento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$132.906.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 74/92-CN — 510/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 39/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 10 —

PROJETO DE LEI Nº 27, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 27, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$2.444.816.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 75/92-CN — 511/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 40/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto e pela rejeição das emendas apresentadas.

— 12 —

PROJETO DE LEI Nº 30, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 30 de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$2.630.948.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 78/92-CN — 514/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 42/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação, do Projeto.

— 13 —

PROJETO DE LEI Nº 31, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 31, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de Cr\$4.695.759.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 79/92-CN — 515/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 43/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto e pela rejeição da emenda apresentada.

— 14 —

PROJETO DE LEI Nº 32, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 32, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$25.000.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 80/92-CN — 516/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 44/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 15 —

PROJETO DE LEI Nº 33, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 33, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito adicional até o limite de Cr\$13.513.160.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 81/92-CN — 517/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 45/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto e pela rejeição das emendas apresentadas.

— 16 —

PROJETO DE LEI Nº 34, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 34, de 1992-CN, que autoriza a emissão de títulos do Tesouro Nacional e a abertura, ao Orçamento Fiscal da União, de crédito especial, até o limite de Cr\$2.550.000.000.000,00, em favor de Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, para os fins que especifica. (Mensagem nº 82/92-CN — 519/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 46/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 17 —

PROJETO DE LEI Nº 35, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 35, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de Cr\$1.968.754.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 83/92-CN — 520/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 47/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 18 —

PROJETO DE LEI Nº 37, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 37, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$20.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 85/92-CN — 529/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 48/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 19 —

PROJETO DE LEI Nº 38, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 38, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$579.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 86/92-CN — 530/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 49/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 20 —

PROJETO DE LEI Nº 45, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 45, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$612.336.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 98/92-CN — 560/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 51/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 22 —

PROJETO DE LEI Nº 47, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 47, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito especial até o limite de Cr\$396.872.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 100/92-CN — 562/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 53/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto e pela rejeição das emendas apresentadas.

— 24 —

PROJETO DE LEI Nº 50, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 50, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$2.633.849.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 103/92-CN — 565/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 55/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto e pela rejeição da emenda apresentada.

— 26 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 56, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito especial até o limite de Cr\$4.300.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 115, de 1992-CN — 630/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 57/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 27 —

PROJETO DE LEI Nº 57, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 57, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orça-

mento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$130.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 116, de 1992-CN — 631/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 58/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 28 —

PROJETO DE LEI Nº 59, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 59, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$3.679.951.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 118, de 1992-CN — 633/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 59/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 29 —

PROJETO DE LEI Nº 39, DE 1992-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 39, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$3.298.419.000,00, para os fins que especifica, tendo

— PARECER, sob nº 50, de 1992-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto, incorporando o texto da Emenda de Relator e pela rejeição das demais emendas. (Mens/87/92-CN).

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 32 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

J. avulso Cr\$ 2.048,00 até 1º/11/92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900**

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 - NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho - *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos - *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro - *Letácio Jansen*

O planejamento na economia brasileira - *Clovís V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 - *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988; subsídios para os comparatistas - *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais - *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 - *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição - *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandato de segurança contra ato judicial - *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito do processo de extradição, indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição - *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal - *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos - *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay

sobre o Direito do Mar - *Georgenor de Souza Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa - *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito - *Gladston Mamede*

Direito Romano em Gramsci - *Ronaldo Poletti*
A filiação ilegítima e a constituição de 1988 - *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança - *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens - *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaração de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento - *Daniel E. Moeremans y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente - *Hugo Negro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? - *José Pitas*

A arte e o obsceno - *Everardo da Cunha Luna*
A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 - *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! - *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn - *Luis Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado - CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 107

(Julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

COLABORAÇÃO

Medidas provisórias – *Raul Machado Horta*
Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 – *Gaspar Vianna*
A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional – *Arnoldo Wald*
A autonomia universitária e seus limites jurídicos – *Giuseppe da Costa*
A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 – *Palhares Moreira Reis*
Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*
Controle parlamentar da administração – *Odete Medauar*
Observações sobre os Tribunais Regionais Federais – *Adhemar Ferreira Maciel*
O recurso especial e o Supremo Tribunal de Justiça – *Sálvio de Figueiredo Teixeira*
Tribunal de Contas e Poder Judiciário – *Jarbas Maranhão*
Jurisdição e competência: nota sobre o sentido histórico-político da distinção – *Nelson Saldanha*
A atuação dos Procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes – *Vitor Fernandes Gonçalves*

Conceito de "underselling" ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste – *Mário Roberto Villanova Nogueira*

Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços – *José Carlos Costa Netto*

Bem de família – *Zeno Veloso*

Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro – *Jorge Barrientos Parra*

"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo – *Yamil e Souza Dutra*
Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação – *Edivaldo M. Boaventura*

A biblioteca legislativa e seus objetivos – *Eduardo José Wense Dias*

Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores – *Dr. Daniel E. Moeremans*

La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español – *Antonio M^a Loça Navarrete*

PUBLICAÇÕES

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À Venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas – Senado
Federal – Anexo I, 22º andar
– Praça dos Três Poderes. CEP
70160-900 Brasília. DF. Telefones
311-3578 e 311-3579.

PREÇO DO EXEMPLAR

Cr\$ 1.000,00

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado – CGA 470775.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:
Dispõe sobre o Estatuto da Criança
e do Adolescente, e dá outras
providências (D.O. de 16-7-90)

Legislação correlata

Convenção sobre os direitos da criança
(DCN, Seção II, de 18-9-90)

Índice temático

Lançamento
Cr\$ 1.000,00

À venda na Subsecretaria de Edi-
ções Técnicas - Senado Federal, Anexo
I, 22º andar - Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones
311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110

(abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112).

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil -
Alcídes de Mendonça Lima
Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América Latina - *André Franco Montoro*
Os actos legislativos no Direito Constitucional Português - *Jorge Miranda*
Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição - *Inocêncio Mártires Coelho*
Os Direitos Humanos como limitações ao poder constituinte - *Leomar Barros Amorim de Sousa*
Revisão constitucional - *Geraldo Ataliba*
Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre aspectos elementares) - *Sebastião Baptista Affonso*
Mandado de injunção - *Marcelo Duarte*
As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro - *Fran Figueiredo*
Aspectos do Regime Constitucional da Desapropriação - *Vitor Rolf Laubé*
A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral ilícita - *Geraldo Brindeiro*
Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais - *Anamaria Vaz de Assis Medina*
Fundações privadas instituídas pelo Poder Público - *Adilson Abreu Dallari*

Auditoria e avaliação da execução - *Rosinethe Monteiro Soares*
Soberania do Poder Judiciário - *Antônio de Pádua Ribeiro*
O Poder Normativo da Justiça do Trabalho - *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*
A Escola Judicial - *Sálvio de Figueiredo Teixeira*
Da constitucionalidade do bloqueio de valores - *Adriano Perácio de Paula*
O Programa Brasileiro de Privatização de Empresas Estatais - *Marcos Jurueña Villela Souto*
Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capital estrangeiro - *Werter R. Faria*
Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico - *Mauro Márcio Oliveira*
A pau e pedra: notas sobre o vandalismo - *José Arthur Rios*
Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa - *Rubem Nogueira*
PESQUISA - Direito Comparado
Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961
Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978 ...
Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986
Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal - CGA 470775.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS